

Escrivães da Câmara de Guimarães, Século XVIII

Entre os oficiais do concelho o escrivão da câmara, não pertencendo à vereação, ocupava um papel particularmente importante no quotidiano do senado camarário. Competia-lhe como principais funções, além do registo das atas, o lançamento nos livros da câmara de alvarás régios, sentenças, provanças e outra documentação essencial ao quotidiano da edilidade, servindo como intermediário entre o poder municipal e central. O seu exercício conferia valor probatório a ações e decisões de autoridades régias ou de particulares, validando-as, tal como o faziam os tabeliães.

O escrivão da câmara era considerado um ofício intermédio, remunerado, seja em forma de salário, propinas ou emolumentos e concedido em propriedade, podendo o seu detentor legá-lo à descendência ou aliená-lo como bem transacionável.

Por estas razões era um ofício particularmente apetecível entre os estratos intermédios da população, sobretudo entre as famílias em processos de afirmação e ascensão social, que o olhavam como uma antecâmara no acesso aos cargos da governança e um meio de consolidar o estatuto entre os que “viviam à lei da nobreza”. No geral, constitui um instrumento de ascensão social de homens abastados que não reuniam condições sócio estatutárias para ocupar cargos que conferiam nobreza ou serem eleitos para a vereação como infanções da governança. Contudo, em Guimarães, já desde a segunda metade do século XVI, o provimento deste ofício corria em propriedade e na posse de uma das principais famílias da nobreza da vila, os Freitas do Amaral. Com um estatuto social de topo incompatível com a prática associada ao ofício, apenas dois elementos da família o exerceram, ainda que, por tempo limitado e fazendo-se substituir por serventuários.

Regulavam este exercício as Ordenações do Reino, Manuelinas (1512) e Filipinas (1604), no título “do escrivão da câmara ou coisas que a seu ofício pretendem”. Ambas transcrevem *ipsis litteris* o que vem no *Regimento dos oficiais das cidades, vilas e lugares destes reinos* (1504)¹. Sobre os réditos do ofício, parte desta legislação é omissa, pelo que se supõe que os salários, propinas ou emolumentos fossem variáveis consoante a região, ou se orientavam pelos títulos do ofício do tabelionato geral.

As Ordenações Manuelinas estipulavam no item 18 relativamente aos emolumentos dos tabeliães o seguinte: «das escripturas que os ditos Tabaliães das Notas fizeram em papel, se for tal escriptura que encha huma mea folha de papel escripta d’ambas as laudas, levará della vinte e dous reaes, e da sua nota vinte e oito reaes; e se for escripta de huma soo lauda levaram onze reaes, e de sua Nota quatorze reaes, (...) com tanto que leve cada lauda vinte e cinco regras pouco mais ou menos (...) e assi cada regra levará ao menos trinta letras pouco mais ou menos (...) e nom tendo a dita lauda as ditas regras como dito he, nom lhe contaram as ditas laudas se nom

1 Stumpf, Roberta, “Dos homens que serviam entre papéis e letras Escrivães das câmaras na América portuguesa,” in *Vencer la distancia*, 10/12/2016, <https://distancia.hypotheses.org/865>. Citando Marcello Caetano, prefaciador da edição de 1955, trata-se “do primeiro ensaio de utilização da imprensa em Portugal para a publicação e divulgação das leis gerais do Reino”. *Regimento dos oficiais das cidades, vilas e lugares destes reinos*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1955, p.21.

aas regras, a cinco regras por hum real; e nom sendo as regras das letras que dito he, nom lhe contaram dellas cousa alguma (...)².

Foi necessário esperar pelo final da segunda metade do século XVIII, para que o poder central expedisse produção legislativa no sentido de regular os salários dos oficiais intermédios. Em Janeiro de 1750, foi promulgado um alvará com o intuito de atualizar os salários dos ministros que serviam nas Secretarias e Tribunais em Portugal³.

Logo nos inícios da administração pombalina 1754-55, são criados regimentos e alvarás com o objetivo de regular uma vez mais os ordenados dos ministros e secretários e também de seus oficiais subalternos. Do mesmo modo, por alvará de 23 de Março de 1754, são fixados os ordenados do governo da Câmara de Lisboa (vereadores, juiz ordinário/de fora, procurador) e outros oficiais⁴.

Muita desta documentação salvaguarda a idoneidade do exercício, punindo os abusos, realidade de longa data, pois já as Ordenações, no que respeita aos tabeliães, contemplava punições contra o mau exercício. Nos capítulos das cortes é possível identificar queixas frequentes contra os abusos dos tabeliães e que dão conta de uma realidade bem diferente da que se pretendia associada à idoneidade do exercício. Estas queixas deram origem ao primeiro regimento conhecido sobre este ofício, no Reinado de D. Dinis, a 12 e 15 de Agosto de 1305⁵.

As principais queixas que chegavam às Cortes diziam respeito ao exercício em acumulação, ao exercício por intermédio de serventuários de competência duvidosa, à prestação de informações incorretas, ao facto dos tabeliães anuírem ou promoverem falsidades nos documentos que lavravam, o cobrarem emolumentos excessivos, etc. Além do mais, o reiterar de algumas destas queixas, leva-nos a crer que, mesmo face às determinações régias, alguns destes oficiais reincidem nas condutas sancionadas⁶.

Claro que falamos de realidades distintas, escrevão da câmara e tabelião, contudo demasiado afins para evitarmos plasmar no escrevão da câmara os mesmos vícios do tabelionato. Aliás, a afinidade era tal que a esmagadora maioria dos serventuários que serviam de escrevões da câmara, foram também tabeliães do público e judicial, por isso estariam perfeitamente familiarizados com os vícios correntes na profissão.

A recolha que se segue fez-se com o objetivo de se analisarem as permeabilidades sociais nos processos de ascensão e de que modo os ofícios intermédios contribuíram para iniciar ou consolidar tais processos. O rol que contempla permite concluir que a maioria dos indivíduos afetos ao exercício de escrevão da câmara, não são proprietários do ofício e exercem-no como serventuários. São indivíduos que, nascidos entre os oficiais mecânicos da vila, tentavam adquirir reconhecimento social, através de processos de ascensão e consolidação social, dificilmente iniciados pelos próprios, mas sobretudo pelas gerações anteriores de pais e avós.

2 *Ordenações Manuelinas*, Livro 1, Título 59, Item 18, pp. 407-408.

3 Alvará de 7 de Janeiro de 1750. Aumentando os Ordenados dos Ministros e obviando alguns abusos. http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=105&id_obra=73&pagina=24

4 Stumpf Roberta (2016), "Dos homens que serviam entre papéis e letras Escrevões das câmaras na América portuguesa," in *Vencer la distancia*, 10/12/2016, <https://distancia.hypotheses.org/865>

5 Henrique Gama Barros (1889) *História da administração pública em Portugal, nos séculos XII a XV*, vol. III, p. 733. Do primeiro regimento depreende-se a existência na chancelaria de uma tabela que fixava os emolumentos a cobrar pelos tabeliães, à qual prometiam sujeitar-se quando aí faziam o juramento do ofício. Ao monarca constou também o retardamento dos tabeliães a apromptar as escrituras sendo já pagas, em cujas respostas determina que estas se entreguem em três dias depois de pagas.

6 Henrique Gama Barros (1914), *ob. cit.* Vol. III, capítulo XI «O que os concelhos diziam em Cortes acerca do serviço dos tabeliães», p. 784.

O ofício de escrivão da câmara encontra-se capturado pelas elites desde o século XVI, a exemplo dos vários ofícios de tabelião. Deste modo, quer na câmara, quer no notarial, apenas a função de serventuário se encontra disponível para os grupos intermédios disputarem como meio de ascensão social. Disto resulta que a função de escrivão serventuário da câmara surge como uma extensão do próprio notarial privativo, pelo que, os mesmos indivíduos que o servem encontram-se nos diversos cartórios da vila, decalcando a sua disputa idênticas estratégias de controlo pelos grupos que buscam afirmação social no seio da comunidade. Os mais aptos contudo, são aqueles que já possuem a experiência e competências necessárias adquiridas no exercício do tabelionato. Daí poder-se afirmar que o exercício deste ofício surge como uma extensão do ofício de tabelião.

DOMINGOS PEIXOTO DO AMARAL – Escrivão proprietário⁷

Filho natural do Chantre do Porto Dr. Fernão de Freitas Mesquita⁸, que deste 14-mar-1666 é senhor do Morgado de Sezim⁹, e de Maria Pereira¹⁰ ou Gonçalves, moça solteira. Foi baptizado na paroquial de Nespereira (Santa Eulália) a 12-mar-1662: «Domingos f.º de Maria molher soltr.a moradora no lugar das Bouças disse ser seu pai o R.do Chantre do Porto foraõ padrinhos Domingos da Silva e madrinha M.a das Bouças desta freg.a»¹¹.

Escrivão da Câmara de Guimarães por carta de sua Majestade de 18 de junho de 1692¹², ofício que herdou de seu tio Dionísio do Amaral Barbosa. Assina as atas de 01-ago-1696 a 10-jan-1723¹³, falece no ano seguinte a 25-set-1724. Senhor da casa de Trás de Oleiros, em Guimarães, por herança de seu pai, esteve emigrado no Brasil e crê-se também na Índia, para onde seu tio determinou o mandassem para «servir sua Majestade», como se vê de sua última vontade expressa em testamento; regressou à terra natal por volta de 1690.

Em 19-abr-1711, na Rua das Oliveiras, casas de morada de Domingas da Costa de Araújo, aonde foi o tabelião Brás Lopes, acorda Domingos Peixoto do Amaral seu dote para casar com Tomázia da Costa Ferreira, moça donzela, nascida na Rua Travessa, São Sebastião a 17-dez-1682, filha de Tomás Ferreira da Maia, rico mercador, infância da governança de Guimarães e de sua mulher Margarida da Costa. Residia então ao Tournal, frente a São Sebastião, levou em dote o seu ofício de escrivão proprietário da Câmara, entre outros bens. Contava então com cerca de 50 anos de idade. Entre os vários bens dotados a Tomázia da Costa Ferreira¹⁴ por Domingas da Costa Araújo, sua tia, consta a quinta do Barreiro com a capela de Nossa Senhora dos Anjos, na freguesia de Santa Maria de Souto, bens herdados e adquiridos por seu irmão, tio da noiva, o Reverendo Francisco da Costa Homem, abade de Salvador de Lordelo.

7 ANTT: Desembargo do Paço, Leitura de bacharéis, letra D, mc. 4, n.º 38.

8 Fundador da casa de Trás de Oleiros, nascido na casa da Adeganha a 9 de abril de 1610, filho de Gregório do Amaral Castelo-Branco, Senhor do Morgado de Sezim e casa Nova, Cavaleiro da Ordem de Cristo, vereador em Guimarães (1621-1622), Escrivão da Câmara e Procurador às Cortes em 1641, e de sua primeira mulher Ana Barbosa Correia, falecida em 1624 filha de Fernão Afonso Laborão de Almeida e de sua mulher Dona Mécia Barbosa Correia.

9 Filho primogénito de Gregório do Amaral Castelo Branco. Com a morte sem sucessão de João do Amaral Castelo Branco, ex-cónego, Morgado de Sezim e Casa Nova, sucedeu-lhe seu irmão mais novo Gregório Amaral de Castelo Branco e a este seu filho primogénito Dr. Fernão Freitas de Mesquita, chantre no Porto. Contra a sucessão levantam-se dúvidas, por parte de seu sobrinho António de Freitas do Amaral e de um filho natural do anterior Morgado, o reverendo Jerónimo do Amaral. Correm demandas sobre a posse do Morgado de 1646 até 14-mar-1660. Ver Moraes, Adelaide Pereira de (2001), *“Velhas Casas de Guimarães”*, Centro de Estudos de Genealogia, vol. II, Porto, Heráldica e História da Família da Universidade do Porto.

10 Assim nomeada no registo de casamento de seu filho, contudo usou também o apelido Gonçalves. Era natural da freguesia de Nespereira (Santa Eulália), fls. 726-740, filha de Gonçalo Gonçalves de sua mulher Domingas Gonçalves. Na busca efectuada nos paroquiais de Nespereira não encontramos quaisquer vestígios deste casal. Tudo indica que Maria também seja fruto de uma relação ilegítima. Abona em favor desta hipótese o único registo de batismo encontrado com referência ao lugar da Bouça, respeitando os limites temporais em causa: «Aos vinte e nove do corrente mês de Junho de mil seiscentos corenta e três anos eu Francisco da Cunha vigr.o nesta parochial igreja de S.ta Eulália de Nespereira termo da villa de Guimarães, nesta ditta minha igreja batizei a Maria filha de Domingas molher solteira que não foi casada moradora no lugar das Bouças limittes desta igreja. Foraõ padrinhos Frutuoso Fernandes do Passo desta frg.a de Nespereira e madrinha Maria mossa solteira mo.ra no lugar da Teixeira da frg.a de São Martinho de Candoso termo da ditta villa de que fiz este assento e me assinei aqui dia mês e anno ut supra». AMAP: Misto 1, Nespereira (Santa Eulália), Guimarães, Paroquial n.º 577, fl. 15 v., n.º 3.

11 AMAP: Misto 1, Nespereira (Santa Eulália), Guimarães, Paroquial n.º 577, fl. 43 v., n.º 1.

12 ANTT: Processo de Leitura de Bacharéis, Maço 4, n.º 38.

13 AMAP: Livros M – 1811, 1812, 1813, 1814, 1815.

14 Tomázia da Costa Ferreira era irmã do familiar do Santo Ofício João Ferreira da Costa, com carta passada a 11 de Junho de 1718. ANTT: Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, mc. 52, doc. 998.

Teve Geração legítima e ilegítima¹⁵. Sucedeu-lhe seu filho Fernando Peixoto do Amaral Freitas, também escrivão da Câmara, que segue adiante.

AGOSTINHO TEIXEIRA DA SILVA – Escrivão serventuário

Assina uma ata camarária a 25-ago-1696, (AMAP: Livro M – 1811). Foi tabelião de notas entre 17-mar-1695 a 04-set-1721¹⁶ e distribuidor e contador geral dos tabeliões do judicial.

Nasceu cerca de 1673, na Rua dos Gatos, São Paio, na casa de morada de seus pais. Era filho de António Teixeira, alfaiate, e de sua mulher Jerónima Ferreira, casados em Creixomil (São Miguel), a 14-fev-1672¹⁷ e residentes em São Paio. Eram ambos naturais de Creixomil, batizados, ele, a 23-fev-1653¹⁸ filho de António Teixeira Valadares, enjeitado na freguesia de São Miguel de Carreiras, e de sua mulher Isabel da Silva; ela, a 05-jun-1650¹⁹, filha de Simão Martins, tecelão, e de Cecília Ferreira, solteira.

Após o casamento fixou residência em São Sebastião, na Rua Nova das Oliveiras, onde veio a falecer 12-dez-1738²⁰. Casou na Colegiada da Oliveira, a 19-out-1716²¹ com Ana Maria Vaz Ribeiro, nascida em São Sebastião, na Rua da Caldeira, a 20-nov-1686²², falecida na Rua Nova, a 29-jun-1743²³, filha de António Fernandes, tecelão, e de sua mulher Isabel Vaz, ele natural da freguesia de Polvoreira (São Pedro), do lugar dos Carvalhos; ela, natural da Rua da Caldeira, onde residiram.

15 «Aos vinte e sete dias do mês de Outubro do anno de mil seiscientos e noventa e coatro batizei Ant.o filho de Catarina da Silva Serqueira filha de D.o Serqueira e ella moradora atrás da Misericórdia e o menino filho de Domingos Peixoto do Amaral escrivão da Câmara. Padrinho António Ribeiro caseiro de Pedro Lopes mercador e madrinha Margarida d'Oliveira costureira moradora atrás da Misericórdia era ut supra. Araújo». AMAP: Nascimentos 4, São Paio, Guimarães, Paroquial n.º 411, fl. 15 v., e 16, n.º 3. Teve uma outra filha natural de Maria Ribeira, solteira moradora à Senhora da Graça de nome Josefa Maria Peixoto do Amaral moradora em casa de seu pai na Rua de Trás de Oleiros que se recebeu a 20-Jun-1725 com o Capitão Manuel Pinto de Azevedo, morador na Rua Nova das Oliveiras, filho de Francisco Soares e de sua mulher Susana Pinto, já defuntos, moradores que foram na freguesia de São João das Caldas [AMAP: Misto 4, São Sebastião, Guimarães, Paroquial n.º 440, fl. 222 v e 223, n.º 2].

16 AMAP: Catálogo Notarial (índice)

17 AMAP: Misto 3, Creixomil (São Miguel), Guimarães, Paroquial n.º 233, fl. 53 e v., n.º 5.

18 AMAP: Misto 3, Creixomil (São Miguel), Guimarães, Paroquial n.º 233, fl. 3, n.º 1. «Aos 23 de Fevereiro de 653 batizei a António f.o de Ant.o Teixeira e sua m.er Isabel da Silva e foraõ padrinhos Domingos, digo, António do Canto e madrinha Catarina Luís».

19 AMAP: Misto 2, Creixomil (São Miguel), Guimarães, Paroquial n.º 232, fl. 41, n.º 8. «Aos sinquo de Junho de 1650 batizei a Jerónima f.a de Secília Ferreira soltr.a e lhe deu por pai Simão Martins, solteiro e tecelão. Foraõ padrinhos João de Freitas, digo, Domingos de Castro, ferreiro, e madrinha Isabel d'Afonseca todos desta freg.a moradores à Madoa. António Pinheiro».

20 AMAP: Óbitos 1, São Sebastião, Guimarães, Paroquial n.º 462, fl. 44 v. a 45 v.

21 AMAP: Casamentos 1, Oliveira (Santa Maria), Guimarães, Paroquial n.º 388, fl. 81 v., n.º 1. Ao casamento a esposada residia na Rua dos Mercadores.

22 AMAP: Nascimentos 3, São Sebastião, Guimarães, Paroquial n.º 443, fl. 144 v., n.º 2. Batizada a 25. Padrinhos: Luís Pais do Amaral filho de Domingos Pais e Dona Mariana irmãos. Filha do tecelão António Fernandes e de sua mulher Isabel Vaz.

23 AMAP: AMAP: Óbitos 1, São Sebastião, Guimarães, Paroquial n.º 462, fl. 102, n.º 1. Não fez testamento. Sepultada em São Domingos.

ANTÓNIO DE FREITAS – Escrivão serventiário

Assina as atas como escrivão da Câmara a partir de 02-jan-1717 até 28-nov-1722 (Livros M – 1814, 1815).

Apesar das diligências não nos foi possível encontrar quaisquer dados biográficos sobre este escrivão. Identificamos, pelo mesmo período, apenas um António de Freitas Pimentel, subscrevente de papéis, que não sabemos se corresponde.

MANUEL DE MAGALHÃES – Escrivão serventuário

Assina as atas como escrivão de 02-dez-1722 a 09-dez-1722 (AMAP: Livro M – 1815). Escrivão serventuário.

Exerceu o ofício de escrivão do judicial que herdara de seu tio. Era natural de Arrifana do Sousa, onde nasceu cerca de 1683. Declara ter 64 anos de idade em testemunho que faz na habilitação de genere de José António Pereira Soares²⁴, faleceu solteiro e sem filhos, na Oliveira (Santa Maria), a 29-mar-1768²⁵. Deixou como herdeiros José Pereira Machado e Domingos Fernandes da Rocha, tabelião do público da dita vila (18-jun-1744 a 18-fev-1755). Veio para Guimarães ainda criança, para casa de seu tio, António Nunes da Fonseca, escrivão do público em 27-fev-1705, casado com Isabel da Rocha herdou o ofício de seu sogro Luis da Rocha, escrivão do judicial.

JOSÉ PINTO FERREIRA – Escrivão serventuário

Assina as atas camarárias a partir de 06-fev-1723 como ajudante do ofício de escrivão da Câmara. A partir de 13-maio-1724 intitula-se já escrivão da Câmara permanecendo na função até 09-jan-1732; falece a 20-03-1746²⁶. (AMAP: Livros M – 1815, 1816, 1817, 1818).

Era filho legitimado do padre João Pinto²⁷ e de Inês Gonçalves a Galega, natural do lugar de Guntemil, freguesia de São Tiago de Riquiais, bispado de Orense. Neto paterno de Mateus Pinto e de sua mulher Isabel de Oliveira. Neto materno de Andrés Gonçalves e de sua mulher Constança Álvares. Casou em Vila Nova de Infantas (Santa Maria), a 18-nov-1711²⁸, com Catarina de Freitas, nascida na quinta do Ribeiro da dita freguesia, batizada a 05-nov-1673²⁹ e falecida na Rua de Trás de Oleiros, onde residiam, a 22-out-1760³⁰. Filha de João de Freitas, lavrador, senhor da quinta do Ribeiro, onde nasceu e de sua mulher Ana Ribeiro, natural do casal de Arrebentão, Atães (Santa Maria). Neta paterno de António Correia, lavrador, senhor do prazo do casal do Ribeiro em Infantas,

24 ADB: Habilitação de genere, n.º 21698 de 1747, fl. 17.

25 AMAP: Óbitos 3, Oliveira (Santa Maria), Guimarães, Paroquial n.º 396, fl. 379.

26 AMAP: Óbitos 1, São Sebastião, Guimarães, Paroquial n.º 462, fl. 122, n.º 3. Pai do pároco da freguesia de São Sebastião José Luís Ferreira como se infere do registo de óbito: «Aos vinte dias do mês de Março de mil setecentos e corenta e seis faleceu Jozeph Pinto Ferreira meu pai (...)».

27 Natural da Rua da Caldeiroa, São Sebastião, onde nasceu a 14-03-1639. AMAP: Nascimentos 2, São Sebastião, Guimarães, Paroquial n.º 442, fl. 4, n.º 7. «João filho de Matheus Pinto, e de sua mulher Isabel d'Oliveira da Rua da Caldeiroa, nasceu aos quatorze de Março de mil e seiscentos e nove annos e foi batizado por mim Fran.co Leite Frr.a cura desta igreja de São Seb.am aos dezassete do ditto mês foram padrinhos Fran.co de Meira Peixoto, e Camília Peixotta da Campo da

28 AMAP: Misto 2, Infantas Vila Nova, Paroquial n.º 468, fl. 120, n.º 1.

29 AMAP: Misto 2, Infantas Vila Nova, Paroquial n.º 468, fl. 27, n.º 5.

30 AMAP: óbitos 2, São Sebastião, Guimarães, Paroquial n.º 463, fl. 130 v., n.º 2.

e de sua mulher Maria Ribeiro. Neta materno de Francisco Gonçalves, sapateiro, e de sua mulher Albina Ribeiro, moradores no lugar de Arrebentão, Atães (Santa Maria).

FERNANDO PEIXOTO DO AMARAL FREITAS – Escrivão proprietário³¹

Assina as atas camarárias de 16-jun-1736 a 13-jan-1753 (Livros M – 1818, 1819, 1820, 1821, 1822, 1823)

Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, Fidalgo da Cota de Armas³², com data de nascimento desconhecida, falecido em São Sebastião a 12-Fev-1794³³. Filho de Domingos Peixoto do Amaral³⁴ escrivão da câmara, cima tratado e de sua mulher Tomázia Teresa da Costa Maia. Casou em Santa Maria Madalena, Vila Nova de Famalicão, a 15-jun-1745, com Dona Maria Rosa Correia da Silva, nascida na casa do Salgueiral, em Vila Nova de Famalicão (Santa Maria Madalena) a 18-out-1729, e falecida em São Sebastião, na casa de Trás de Oleiros, a 05-dez-1805³⁵, filha de Brás Fernandes da Silva, lavrador proprietário, e de sua mulher Maria Correia de Araújo, senhora da casa do Salgueiral, em Vila Nova de Famalicão³⁶, onde nasceu a 26-set-1690, recebida com seu marido na paroquial de Santa Maria Madalena a 01-nov-1728. Neta paterna de João da Silva e de sua mulher Tomázia da Silva. Neta materna de Ambrósio Fernandes de Araújo, lavrador proprietário, natural de Avidos, e de sua mulher Luzia Correia de Carvalho, senhora da Casa do Salgueiral, onde nasceu, sendo baptizada a 28-jan-1657 e falecida a 19-maio-1740; haviam casado a 30-ago-1688.

MANUEL PEREIRA DA SILVA – Escrivão serventuário.

Escrivão do público e judicial assina as atas da Câmara de 06-out-1744 a 10-out-1744. (Livro M – 1820) e de 04-out-1751 a 10-nov-1751 (Livro M – 1821)

Filho de António Francisco e de sua mulher Luísa Pereira, nascido em Nespereira (Santa Eulália), segundo informação obtida ao casamento³⁷, faleceu na Rua do Gado a 06-set-1758³⁸. Primeira vez casado a 04-mar-1716³⁹, com Josefa da Silva, filha de João Francisco⁴⁰ pedreiro e de sua mulher Margarida Coelho, irmã inteira do escrivão

31 ANTT: Desembargo do Paço, Leitura de bacharéis, letra F, mc. 4, n.º 9.

32 ANTT: C de 15-Nov-1738, Cartório da Nobreza, livro IX, in Falcão, Armando de Sacadura, – “Pintos Álvares de Carvalho, de Colorico de Basto” in *Armas e Troféus Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, 1ª Edição, Braga, 1969, Tomo IX, Out-Dez, n.º 3. fl. 23 v., n.º 1.

33 AMAP: Óbitos 3, São Sebastião, Guimarães, Paroquial n.º 464, fl. 245, n.º 1.

34 Filho natural de Fernão de Freitas de Mesquita chantre que foi na Sé da cidade do Porto, natural da Vila de Guimarães, e de Maria Gonçalves, por outro nome Maria Pereira, solteira, da freguesia de Santa Eulália de Nespereira. Neto paterno de Gregório do Amaral e de sua mulher Ana Barbosa Correia. Neto materno de Gonçalo Gonçalves e de sua mulher Domingas Gonçalves da freguesia de Nespereira.

35 AMAP: Óbitos n.º 4, São Sebastião, Guimarães, Paroquial n.º 456, fl.

36 Falcão, Armando Sacadura, *op. cit.*, fls. 80-81.

37 Na pesquisa nos paroquiais de Nespereira não obtivemos quaisquer indícios deste casal.

38 AMAP: Óbitos 3, Oliveira (Santa Maria), Paroquial n.º 396, fl. 284 v., n.º 1.

39 AMAP: Casamentos 1, fl. 75, n.º 2. Testemunhas o Padre Paulo Machado Pinto da freguesia de São Paio; Bernardino dos Santos clérigo in *minoribus* filho de Torcato Fernandes já defunto e António Pereira morador na Rua dos Fornos.

40 João Francisco era natural do lugar da Ranha, em Quinchães (São Martinho), Fafe, irmão inteiro de Domingas Francisca mãe do escrivão proprietário do concelho de Fafe e seu juiz ordinário, João Soares de Barros, supomos filho de geração ilegítima. Este ainda vivia em 29-Jul-1732, quando testemunha na Inquirição de Genere do padre João António da Silva, filho do escrivão António da Silva, seu primo carnal. ADB: Processo de Genere n.º 5995, Pasta 265.

do público e judicial António da Silva, cujo ofício foi exercido pelo marido da sobrinha, pois o filho herdeiro deste, José António da Silva, seguiu a vida eclesiástica. Falecida Josefa da Silva sem geração, saiu Manuel Pereira da Silva da casa do Cano de Baixo, pertença da família da noiva, para casar em segundas núpcias, em Polvoreira (São Pedro), a 30-jul-1731, com Custódia de Abreu, nascida no casal do Telhado, filha de Domingos de Abreu e de sua mulher Ana Mendes, fixando-se então na Rua do Gado. Deste seu segundo casamento teve larga descendência. Continuou a exercer a profissão de tabelião até ser substituído por Paulo Luís de Oliveira, genro do padre José António da Silva, que casou com sua filha Paula Maria, herdeira do ofício herdeira do ofício e irmã de Maria Rosa⁴¹.

CRISTÓVÃO FERREIRA MACHADO DA MAIA – Escrivão serventuário

Assina as atas de 14-maio-1745 a 02-dez-1750 (AMAP: Livros M – 1829, 1821).

Nasceu entre 1701 e 1709, na Rua da Fonte Nova, São Paio, faleceu na Rua de Santa Luzia, a 26-set-1767. Filho legítimo de António Ferreira Vaz⁴², o “Sim Senhor” de alcunha, estalajadeiro na estalagem do Mata Diabos e de sua terceira mulher Joana Machado de Miranda, moradores na Rua da Fonte Nova, freguesia de São Paio. Neto paterno de Marcos Luís, lavrador, morador no casal da Fonte, freguesia de Fermentões (Santa Eulália), natural de Penso (São Vicente) e de sua mulher Maria Vaz, natural do casal do Loureiro Velho, em Fermentões, filha de Bartolomeu Vaz e de sua mulher Catarina Gonçalves, senhores do domínio útil do dito casal⁴³. Joana Machado de Miranda era filha natural do pároco de Sande (São Clemente), Simão Marques e de uma Fulana Miranda, moradora no lugar do Ribeiro, freguesia de Vila Nova de Sande, onde nasceu. Algumas das testemunhas na Inquirição de Genere de seu neto, Luís Manuel Machado de Miranda, afirmam ter conhecido sua mãe e duas das suas irmãs, mas apenas uma delas nomeia uma irmã Jacinta⁴⁴. Desta freguesia saiu ainda nova para servir

41 Apuramos esta filiação, na falta de registo de casamento, através do batismo de Luís filho do casal Paulo Luís de Oliveira e de sua mulher Paula Maria Teresa, nascido a 5-jun-1754, sendo batizado a 9. Foram padrinhos o padre Luís António da Silva e Maria José filha do mesmo e tia do batizado, pelo que supomos Paula Maria filha do mesmo pároco se irmã inteira de Maria José ou Maria Rosa como é nomeada. Salvaguardamos a hipótese de ser meia-irmã de Maria José por parte da mãe Jerónima Pereira, pelo que fica a dúvida se ambas seriam filhas do padre Luís António da Silva. No seu testamento não encontramos qualquer referência a Paula Maria entre os filhos nomeados, facto que se compreende por esta não sobreviver a seu pai, tendo falecido a 19-dez-1755, embora seu marido Paulo Luís de Oliveira surja como testamenteiro.

42 Nascido no casal da Fonte freguesia de Fermentões (Santa Eulália), foi batizado a 06-fev-1650, teve como última residência conhecida na dita freguesia o lugar das Curandeiras, antes de abalar para a cidade, certamente para aprender ofício, e se fixar na Rua da Fonte Nova. A maioria das testemunhas do processo de Inquirição de Genere de seu neto Luís Manuel Machado de Miranda a 08-maio-1747 associa o seu nascimento ao lugar das Curandeiras, onde o conheceram até partir para a Vila. Algumas conheceram também sua irmã, a qual não nomeiam, mas supomos Margarida Vaz. Já na Inquirição do irmão mais velho Francisco José Machado, [ADB: Processo n.º 18992, Pasta 821 de 25-maio-1734] nenhuma das testemunhas associou o seu nascimento à freguesia de Fermentões, mas antes à Rua da Fonte Nova, em São Paio Guimarães. O mesmo se sucedeu para sua terceira esposa Joana Machado avó do habilitado. Já na vila casou a primeira vez a 06-fev-1668 com Maria Ana Vieira, parenta de Maria Ana Vieira Ribeiro mulher do estalajadeiro António Ribeiro o “Mata Diabos”, em cuja estalagem faleceu António Ferreira Vaz e cujo negócio parece ter assumido após a morte dos proprietários (António Ribeiro “Mata Diabos” faleceu a 04-jan-1676, sua mulher Maria Ana Vieira Ribeiro a 17-ago-1684). Viúvo em primeiras núpcias a 08-set-1685 casou segunda vez com Antónia Vaz, falecida a 03-nev-1696, filha de Gaspar Vaz de Castro e de sua mulher Jerónima Pinheiro. Deste casamento nasceu, entre outros, António Ferreira Guimarães, batizado a 26-set-1689, que foi familiar do Santo Ofício, que em 1726/30 residia na Rua da Confeitaria, freguesia de Santa Maria Madalena, em Lisboa, casado com Teresa de Jesus Maria, filha de Manuel de Moura e de Maria da Conceição, e prima do familiar Manuel Duarte Correio. António Ferreira Guimarães era primo do familiar António Rodrigues da Silva. O terceiro casamento deve ter ocorrido por volta de 1697, uma vez que nasce o primeiro filho do terceiro matrimónio, Domingos, a 15-mar-1699, seguido de José a 24-abr-1701, falecido a 28-ago-1717. Não encontramos o batismo de Cristóvão ocorrido entre 1701 e 1709.

43 Maria Vaz recebeu-se com Marcos Luís na Igreja paroquial de Fermentões a 25-abr-1649, seus pais haviam-se recebido 05-fev-1608.

44 A 27-maio-1681 batizei de licença do Reverendo António Gomes Neves, abade de Vila Nova de Sande a Manuel filho de Jacinta Machado sua freguesa, foi padrinho Gonçalo Francisco, fl. 4 v., n.º 3 Mist 2, P-300 AMAP. Possivelmente trata-se de Ângela Machado «Aos vinte e quatro de fevereiro de mil seiscentos e trinta e três batizou o padre João Dias que então era cura nesta Igreja a Ângela filha de Pedro Novais Soares e de sua mulher Marta Machado moradores em São Martinho foram padrinhos Jacinto Lourenço das Antas e Margarida filha de Domingos Jorge, o novo, todos desta freguesia». P-714, fl. 39, n.º 3. Teve a dita Jacinta Mendes do padre Simão Marques, outra filha de nome Serafina Machado, casada em São Gens (São Bartolomeu), Fafe, a 14-jun-1704 com Gonçalo Sampaio, filho de Francisco Gonçalves e de sua mulher Luzia Sampaio.

«(...) na casa dos ascendentes de Sebastião de Passos de Caneiros e daí foi para a vila de Guimarães aonde casou com António Ferreira Vaz (...)». Estamos em crer que esta fulana Miranda seria Mariana Machado [de Miranda], de quem o dito padre Simão Marques teve outro filho de nome Domingos de Machado casado em Sande (São Clemente), a 24-set-1714, com Ângela Francisca, filha de Domingos Francisco e de sua mulher Domingas Gonçalves.

O padre Simão Marques nasceu no casal da Cabreira, batizado a 23-mar-1642, era filho de Gonçalo Marques e de sua segunda mulher Isabel Álvares, natural do casal do Panco, esta filha de Marcos Fernandes e de sua mulher, e irmã do padre Simão Álvares Carneiro.

Cristóvão Ferreira Machado de Miranda casou a 28-fev-1724 com Francisca Josefa da Silva Peixoto, falecida a 04-abr-1763, filha natural de José Gomes, morador na cidade de Braga ao casamento da filha, e de Maria Barbosa de Lima, solteira, já defunta moradora que foi na Rua de Santa Luzia.

Tiveram por filhos o Dr. Luís Manuel Machado de Miranda⁴⁵ e o Padre Francisco José Machado⁴⁶.

JOÃO DE FREITAS – Escrivão serventuário

Tabelião do público assina a ata de 13-Jan-1748 por ausência do escrivão. (Livro M – 1821). Não obtivemos quaisquer dados biográficos.

ANTÓNIO MARINHO DE ANDRADE QUEIRÓZ – Escrivão serventuário

Intitula-se escrivão dos quatro e meio por cento e escrivão ajudante da câmara ao assinar a ata de 16-set-1760 (AMAP: M-1823)

Nasceu na Rua de São Lázaro, em Creixomil (São Miguel), a 25-fev-1719. Após o casamento fixou residência na Rua dos Gatos, freguesia de São Paio, Guimarães. Era filho de João Marinho e de sua mulher Rosa de Andrade⁴⁷ recebidos em Creixomil a 18-nov-1709⁴⁸. Neto paterno de João Marinho e de sua mulher Maria Fernandes, moradores em São Gonçalo de Amarante. Neto materno de Francisco de Andrade de sua mulher Maria Francisca do lugar do Pinto, freguesia de Santa Maria do Outeiro, concelho de Basto.

Casou em São Paio, Guimarães, a 03-maio-1741⁴⁹, com Ana Maria, natural de Tagilde São Salvador, filha natural de Manuel Madeira do lugar de Alirios, São Miguel Bispado de Coimbra e de Ana Maria, solteira, da Freguesia de Tagilde

45 ADB: Processo de Genere n.º 18992, Pasta n.º 821 de 05-ago-1747. Supomos tratar-se no mesmo que recebe carta de Juiz de Fora da Vila de Freixo de Numão, ANTT: Registo Geral de Mercês de Dona Maria I, Livro 7, fl. 300 a carta de Juiz de Fora da Vila de Freixo de Numão atribuída a um Luís Manuel Machado de Miranda Peixoto em 26-out-1779.

46 ADB: Processo de Genere n.º 29450, Pasta n.º 1297, de 25-ago-1734.

47 Ao batismo se chamava Benta.

48 AMAP: Misto 3, Paroquial n.º 236, fl. 86 e v.

49 AMAP: São Paio, Guimarães, Paroquial n.º 427, fl. 2 e v, n.º 2

PAULO LUÍS DE OLIVEIRA – Escrivão serventuário

Escrivão da Câmara entre 01-out-1760 e 05-nov-1791 (AMAP: M-1823, 1824, 1825, 1826, 1827).

Apesar dos nossos esforços, não foi possível descobrir a sua filiação e naturalidade, embora alguns indicadores o relacionem com a família do mercador Domingos Álvares da Silva e de sua mulher Isabel de Oliveira, filha de André de Oliveira e de sua mulher Margarida Machada, sobrinha herdeira do protonotário reverendo Paulo Gomes. Este casal batizou de facto um Paulo a 25-nov-1724⁵⁰, todavia nenhum documento permitiu, até ao momento, estabelecer uma relação com Paulo Luís de Oliveira⁵¹.

Foi tabelião de notas e judicial na vila de Guimarães, ofício que sua primeira mulher trouxe em dote. Como se disse, casou primeira vez com Paula Maria Teresa da Silva, filha do padre Luís António da Silva⁵², neta paterna do

50 AMAP: Nascimentos 5, Paroquial n.º 366, fl. 185 v., n.º 3. Foram padrinhos o padre Paulo Gomes morador na Rua da Caldeiroa e Ana Maria solteira filha de Jerónima Ribeiro viúva da Rua da Sapateira.

51 Dos seus dois matrimónio não nos foi possível encontrar a o registo de nenhum deles.

52 ADB: Inquirição de Genere, Processo n.º 5995, Pasta 265 de 22-ago-1732. Filho de António da Silva e de sua mulher Ana Fernandes. «Em o primeiro dia do mês de Agosto do anno de mil / e setecentos e nove batizou de minha licença o Padre / Manuel Peixoto meu parochiano a Luís filho de / Anna Fernandes de Oliveira solteira da Rua do Gado / foram padrinhos Bartolomeu Peixoto filho de António / da Silva escrivam e Mariana solteira filha de Anna / de Sousa veúva todos da mesma rua de que fis este / termo dia mês e anno ut supra. O Cónego Cura Francisco de Oliveira». [AMAP: Nascimentos 4, Oliveira (Santa Maria), Paroquial n.º 365, fl. 132]. Mulher propensa ao trato com vários homens, Ana teve, além dos filhos com António da Silva, pelo menos dois outros com Jerónimo de Figueiredo. O primeiro a usurpar-lhe a honra e virgindade parece ter sido o estudante Jerónimo de Figueiredo de quem pariu Francisco a 16-fev-1701: «Aos desaseis dias de fev.o de mil setesentos e hum / annos batizei a Frc.o f.o de Ana soltr.a f.a de fr.co Frz sapatr.o da Pegada [e de sua mulher Ana Antunes] deu por pai a Hir.mo de Fig.do / estudante f.o de Fran.co de Fig.do mor.es na Casa Nova / das Caqueiras, foi madrinha M.a de Freitas m.er de Hir.mo / Mendes seu vesinho e por verdade fis este asento / era ut supra // o p.e Hierónimo Ribeiro» [AMAP: Misto 2, Azurém (São Pedro), Paroquial n.º 58, fl. 74, n.º 2]. Uma pequena pausa na sua relação com Jerónimo de Figueiredo para mais uma aventura sexual, desta vez a primeira com o escrivão António da Silva de quem pariu Ventura a 29-Nov-1702 «Aos vinte e nove dias do mês de 9bro de mil e sete/sentos e dous anos batizei Ventura f.o de António / da Silva escrivão, solteiro, m.or na Rua do Gado freg.a de No/ssa Sr.a da Oliveira e de Ana solt.a f.a de Fr.co Frz sa/pat.ro da Pegada desta freg.a o qual me pedio o a/sentasse por pai. Foraõ padrinhos João Soares es/crivão dos órfãos e Serafina da Costa, solteira / mor.es na Rua de St.a M.a freg.a de Nossa S.ra da / Oliveira, e por verdade fiz este asento, era ut supra // o P.e Hierónimo Ribeiro» [AMAP: Misto 2, Azurém (São Pedro), Paroquial n.º 58, fl. 76, n.º 5]. Não demora muito a parir outro, desta vez um regresso às origens, mais um filho do primeiro companheiro Jerónimo de Figueiredo de nome António de Figueiredo a 25-Dez-1703. Teve ainda de António da Silva mais uma filha de nome Josefa da Silva que casou em Azurém a 23-09-1722. A morte prematura de Jerónimo de Figueiredo, a 20-out-1708, parece ter eliminado a concorrência e António da Silva estabeleceu, por fim, uma relação mais duradoura com Ana Fernandes, «a quem queria receber por mulher mas como teve este morte apressada o não pôde fazer». A vida devassa de Ana constituía um sério entrave a este intento, ainda mais problemático face à condição de nobre de António da Silva; como resultado, mantém uma relação à margem da moralidade da época. O padre Luís António da Silva foi nomeado herdeiro e testamenteiro de Dona Mariana de Faria, viúva que ficou de João Cardoso, falecida a 25-abr-1759 (Paroquial n.º 68, fl. 287 v-289), o documento de óbito desta senhora falecida após o padre Luís, identifica-lhe uma filha chamada Maria Rosa, sua herdeira e testamenteira.

escrivão do público e judicial da vila de Guimarães António da Silva⁵³ entre 23-jul-1686 a 22-set-1721⁵⁴ e de Ana Fernandes, solteira. António da Silva era filho de João Francisco, pedreiro, natural de Quinchães (São Martinho), e de sua mulher Margarida Coelho, Senhora da Casa do Cano de Baixo. Ana Fernandes era filha de Francisco Fernandes, lavrador, e de sua mulher Helena Francisca, senhora do casal da Pegada, em Azurém.

FRANCISCO JOAQUIM DE OLIVEIRA – Escrivão serventuário

Foi tabelião do público e judicial. Substituiu o escrivão da câmara Paulo Luís de Oliveira por impedimento deste, subscrevendo as atas camarárias entre 12-dez-1791 a 03-jan-1792 (AMAP: M-1827). Estamos em crer que é o mesmo que faleceu solteiro, em São Sebastião, a 26-set-1821, com testamento, sepultado em São Francisco.

JOSÉ ANTÓNIO DE SOUSA CALDELAS - Escrivão serventuário

Assina as atas da Câmara por impedimento do escrivão entre 27-fev-1792 e 31-mar-1792. Desconhecemos-lhe dados biográficos.

BENTO DE SOUSA GUIMARÃES também nomeado BENTO DE SOUSA MAGALHÃES - Escrivão serventuário

Escrivão da Câmara de Guimarães entre 29-abr-1792 e 15-mar-1794 (AMAP: M-1827, 1828, 1829)

O “Cancela” de alcunha nasceu na Rua do Postigo a, 03-jul-1729, freguesia da Oliveira (Santa Maria), faleceu no Guardal, São Sebastião a, 19-abr-1804. Filho de Jerónimo de Sousa de Magalhães e sua mulher Maria Pereira

53 Nascido no Cano de Baixo, residência de seus pais, freguesia de Azurém (São Pedro), foi batizado na Colegiada da Oliveira a 20-fev-1657. Faleceu a 09-nov-1726 na mesma casa, onde residia com sua irmã e cunhado Manuel da Silva Pereira como se vê no registo de seu óbito que transcrevemos: «Aos nove dias de Novembro de mil e setecentos e vinte e / seis faleceu com todos os sacramentos António da Silva / solteiro morador que era na Rua do Cano de baixo freguesia de Sam Pedro de Azurei, faleceu em casa de seu cunhado Manuel Pereira escrivam do judicial desta / villa, fes testamento em o qual instituiu por seus / erdeiros a dous filhos naturais que teve de hua Anna / Fernandes da freguesia de Sam Pedro de Azurei hum cha/mado Luís António, e outra Josefa da Silva cazada com / Francisco Xabiel dos quais instituiu por seus erdeiros / e ao sobredito seu cunhado por seu testamenteiro // (fl. 75 v) e administrador do dito seu filho Luís António por ser inda / menor e pedia a sua Magestade os ouvesse por perfilhados porq. / os ouve da ditto sua mai depois que adquiriu nobreza, deixou que / no dia do seu falecimento lhe mandassem dizer duzentas missas ge/raes de esmola de cento e vinte, e mais lhe mandaria dizer outras / duzentas de tençam com a mesma esmola = mais vinte missas privilegiadas, dez em a Collegiada, e dez no altar das Chagas em / o Mosteiro de Sam Francisco de esmola de cento e sincoenta reis = e lhe acompanhariam seu corpo à sepultura as três comunidades / desta vila na tumba de quatro mil reis, mais que no dito dia de / seu falecimento lhe mande seu testamenteiro fazer nove sinaes / em Nossa Senhora da Oliveira, e com eles se pague a offerta ao / padre sacristam que se costuma = declara mais que tem ajustado a compra das cazas que foram de Brás Francisco do Cano e / tem dado a Tomé Ribeiro de Azurei de Cima vinte e outto / mil reis presso principal seus herdeiros lhe paguem o resto, e as / toma no seu bersso, e as nomea em seu filho Luís António p.a / que do rendimento das do sobrado abatidos os concertos dê ao seu filho frei Bartolomeu da Purificação o que renderem / de aluguel com obrigação de lhe dizer enquanto vivo as três / missas do natal pella sua alma e de Maria Luís e por sua / morte ficaram ao ditto seu filho com a mesma obrigação. Declara mais que tem ajustado de dar a sua irmã Maria da Silva pera seu dote cento e trinta e sinco, em satisfaçam da sua legítima, e algua couza que lhe devesse de lhe assistir / e pelo bom servisso que lhe fez a qual quantia sendo Deus servi/do de me levar meu testamenteiro lhe entregará tirando-os / donde estiverem mais prontos pera lhos dar = Mais deixa a sua irmã Josefa da Silva, e a seu cunhado Manuel Pereira / em caza de quem me acho a parte que me toca nos bens que fica/ram de meus pais, e o tersso que o dito meu pai me deixou e / a parte que nos dittos bens tirava a minha irmã Maria da / Silva, e o meio tersso que minha mai lhe deixou, que asima / lhe pago, no dote que lhe dou as tais legitimas asima declara/das = Deixa a seu irmão Domingos da Silva doze mil reis dos quais / lhe dava elle ditto seu irmão que lhe nam puxem por elles nem / pelas juras = deixa mais a seu filho asima nomeado por seu herdeiro do tersso, pera com isso se ordenar ou recolher a hua religiam = mais que seu testamenteiro lhe mandará fazer três officios de cinco padres na igreja de Sam Pedro de Azurei / e o mais que do testamento consta feito a seu rogo por Francisco de / Araújo morador no Sabugal Rua desta freguesia e por ele testa/dor assinado, sepultou-se na forma de seu testamento em fé / de verdade fiz este era ut supra. O cônego cura Francisco de Oliveira».

54 AMAP: Catálogo do Notarial (índice).

Vaz. Foi também tabelião do geral da vila de Guimarães (19-jun-1756 a 03-jun-1779)⁵⁵. Casou primeira vez em São Paio, Guimarães a, 05-maio-1748⁵⁶, com Antónia Maria enjeitada da Roda do Porto. Assistia então em casa do capitão Custódio Gomes Ribeiro de Meneses e Silva, na Rua de São Domingos. Antónia Maria, baptizada a 30-abr-1731⁵⁷, foi criada por Jerónima Ferreira mulher de Manuel Francisco, ausente nos Estados do Brasil em 1748, moradores na Rua de São Domingos, assistindo a nubente no Terreiro de São Paio.

Jerónimo de Sousa Magalhães nasceu no lugar de Sá, Fafe (Santa Eulália), a 27-jan-1698⁵⁸, era filho de Pedro Simões de Magalhães, mestre ferreiro e “bom albigista” e de sua mulher Senhorinha de Sousa. Como tantos outros, saiu de casa com tenra idade; familiarizado nos rudimentos da ferraria por seu pai, foi colocado a aprender o ofício de espadeiro na vila de Guimarães. Residiam então não no lugar de Sá, onde nasceu, mas antes na Rua de Cima de Fafe, onde o colocam as testemunhas do processo de Inquirição de seu neto João António de Sousa⁵⁹. Ao casamento estava preso no aljube da corte arcebispa em Braga, desconhecemos qual a razão. É nessa cidade, mais precisamente na paróquia de São João de Souto, que se recebe a, 19-jul-1725, com Maria Pereira Vaz, a “Cancela” de alcunha, nascida a 20-dez-1701 no lugar da Cancela de Bugalhos, freguesia de Mascotelos (São Vicente), Guimarães; filha de Manuel Francisco e de sua mulher Maria Vaz

Passou Bento de Sousa Guimarães a segundas núpcias a 30-set-1765, com Francisca Josefa nascida na Ramada, São Sebastião, Guimarães, a 04-out-1743 e falecida do Guardal, São Sebastião a 05-out-1777. Filha de António da Silva Ribeiro, vendeiro, e de sua mulher Catarina Ferreira Novais, ambos naturais de São Sebastião. Neta paterna de Jerónimo da Silva e de sua mulher Maria Francisca⁶⁰. Neta materna de Pedro da Silva⁶¹, natural de São Sebastião e de sua mulher Apolónia Ferreira Novais, natural de Fermentões (Santa Eulália).

55 AMAP: Catálogo Notarial (índice).

56 AMAP: Casamentos 3, São Paio, Paroquial n.º 427, fl. 28.

57 Certidão apenas ao Processo de Inquirição de seu filho José António de Sousa, n.º 22119, Pasta 991, extraída do Livro Quinto das Entradas dos Enjeitados Expostos da Ordem da Misericórdia às folhas 340 e 341 «Em trinta do mês de Abril de mil setecentos e trinta e hum annos pelas nove horas da noite se pôs na roda uma menina recém-nascida envolta em seis trapinhos de pano de linho, e hum coeiro de seda lavrada com riscas brancas, três camisinhas de linho com colarinhos no pescoço, e rendas nas mangas, e duas com fitas vermelhas, e hum covado de beata fina vermelha cingida com duas varas de fita de lã com pontas de atar de fita de cinco reis, trazia no meio da fita atado com uma fitinha de cinco reis uma cruzinha de latão, e quem a pôs na roda disse que lhe pusessem o nome de Antónia, com o qual foi logo na manhã seguinte batizada na Igreja da See pelo P.e Luís Pr.a de Carvalho sendo padrinhos António da Cunha Bandeira e Inês Ferreira moradores a Belmonte de que fiz este assento = e não se continha mais no dito assento: E outrossim certifico que revendo o livro 18 das saídas da mesma roda nele a 453 consta dar-se a dita enjeitada a criar em quatro de Maio do mesmo anno a Jerónima Ferreira mulher de Manuel Francisco, cutileiro, moradores na vila de Guimarães, na Rua de São Domingos, freguesia de São Paio, com quem findou a criação». Coeiro = pano de lã usado em que se envolvem as crianças. Costumam fazer-se de panos usados por serem mais brandos, e não fazerem mal à criança, in BLUTEAU, Raphael, *Vocabulário Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra, 1712 –1728. Covado = Medida de três palmos, com a qual se mede a seda, e panos de cor.

58 ADB: Fafe, (Santa Eulália), Nascimentos, fl. 55v. Foram padrinhos o boticário Jerónimo da Rocha e Catarina de Almeida viúva de João Pereira.

59 ADB: Processo n.º 22119, Pasta 1911. Assim os afirma a testemunha Luísa Rebelo, solteira, moradora no lugar da Feira Vela, em Fafe Santa Eulália onde reside à mais de 50 anos e natural da Vila de Guimarães, afirmou ter 75 anos mais ou menos.

60 Pais do Inquirido de Genere Domingos Ribeiro da Silva Processo n.º 33615, Pasta 1495 de 15-Fev-1730.

61 Filho de Jerónimo Jorge, natural de Caldelas e de sua mulher Maria da Silva, natural São Martinho do Campo.

ANTÔNIO JOSÉ DE ABREU GUIMARÃES - Escrivão serventuário

Assina a ata de 13-jul-1801 (AMAP: M-1829)

Tabelião de notas na vila de Guimarães de 29-out-1790 a 19-ago-1791⁶². Desconhecemos-lhe dados biográficos.

⁶² AMAP: Catálogo Notarial (índice).

ABREVIATURAS

AMAP: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

ADB: Arquivo Distrital de Braga

ANTT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Bibliografia:

BARROS, Henrique Gama (1885-1934), *História da administração pública em Portugal, nos séculos XII a XV*, 5 vols., Lisboa, Imprensa Nacional.

MORAES, Adelaide Pereira de (2001), “*Velhas Casas de Guimarães*”, Centro de Estudos de Genealogia, II vol., Porto, Heráldica e História da Família da Universidade do Porto.

Ordenações Manuelinas (1984), 5 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

STUMPF, Roberta, “Dos homens que serviam entre papéis e letras Escrivães das câmaras na América portuguesa,” in *Vencer la distancia*, 10/12/2016, <https://distancia.hypotheses.org/865>